

A PARTICIPAÇÃO DO POVO DO PLANALTO DOS MAKONDE NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA POLÍTICA MOÇAMBICANA, 1964-1974

Arlindo Nkadibuala¹

Resumo

A participação do Povo do Planalto dos Makonde na Luta de Libertação Nacional: subsídios para a história política moçambicana, 1964-1974, constitui tema deste estudo realizado no contexto de dissertação cujo **objecto** de estudo é a Luta de Libertação Nacional. O objectivo geral é analisar a participação do povo do planalto dos Makonde neste processo. Constituem objectivos específicos: estudar as particularidades sócio-históricas da região dos Makonde e explicar o contributo e a participação do povo Makonde na Luta de Libertação Nacional. Foi constatado que o Planalto dos Makonde constituiu um centro de ligação entre Moçambique e a Tanzânia durante a Luta de Libertação Nacional. O período escolhido coincide com o tempo em que durou a luta pela independência nacional. Privilegia-se o tema referido pois valorizar a história local contribuirá para a manutenção do património histórico local e da memória. O problema de pesquisa é: **que factores explicam a integração dos povos do planalto dos Makonde na Luta de Libertação Nacional contra o regime colonial português?** A adesão dos Makonde no processo de Luta Armada foi tomada após a constatação de que o diálogo, para independência, estava condenado ao fracasso devido a intransigência do regime colonial. A pesquisa é qualitativa permitindo uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito observador e facilitando, ao mesmo tempo, uma interação entre o mundo natural e o investigador que constitui a fonte directa dos dados. O método de abordagem foi indutivo. Foram entrevistados os combatentes que viveram a história da Luta de Libertação Nacional.

Palavras-chave: Luta de Libertação Nacional. Planalto dos Makonde. Participação.

Recebido em 20 de setembro de 2020 e aprovado para publicação em 15 de dezembro de 2020

¹ Docente de História na Universidade Rovuma-Nampula. Mestrado em Educação/Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Maputo. Doutorando em História de África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo. Correio electrónico: arlindonkadibuala@gmail.com.

Introdução

O povo moçambicano cansado pela humilhação e da opressão do colonialismo Português, decidiu, depois da fusão de três movimentos nacionalistas, em 1962, pegar em armas e lutar pela libertação da terra e dos homens. Na altura, a situação geográfica de Moçambique colocava a Tanzânia como o único país que podia acolher os combatentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O planalto dos Makonde é o espaço territorial que faz a ligação entre Moçambique e a Tanzânia. Assim sendo, o povo Makonde esteve na encruzilhada pois constituam os hospedeiros dos guerrilheiros que pretendiam entrar para o interior de Moçambique. Para os Makonde daquele planalto a situação estava bem clara: ou aderir ao movimento de libertação ou rejeitá-lo e continuar a viver na opressão e acolhendo a tropa portuguesa. Por via do exposto sugeriu-se o tema: **A participação do Povo do Planalto dos Makonde na Luta de Libertação Nacional: subsídios para a história política, 1964-1974.**

O objectivo geral é analisar o grau de participação do povo do planalto dos Makonde na Luta Armada de Libertação Nacional. A este objectivo geral, associam-se os seguintes objectivos específicos: descrever as características naturais e sócio culturais do planalto dos Makonde e dos seus povos; estudar as particularidades sócio-históricas dos povos do planalto dos Makonde e explicar o contributo e a participação dos povos do planalto dos Makonde na Luta de Libertação Nacional (1964-1974).

A escolha do tema resulta da experiência do autor no trabalho da monografia científica no contexto da conclusão da licenciatura, em 2005, sob título “Nangade e o Seu Contributo na Luta de Libertação Nacional”. Na altura, a pesquisa cingiu-se somente na análise de Nangade, uma parcela territorial que faz parte do planalto dos Makonde. Ao terminar a monografia percebeu-se que, a história do povo Makonde na luta de libertação nacional, tem um denominador comum. Para aprofundar e compreender melhor, tal situação impõe-se um estudo envolvendo toda região do planalto dos Makonde, isto é, alargando a pesquisa para os distritos de Mueda e Muidumbe.

Outro interesse pelo estudo do tema surge do facto de ter constatado que o planalto dos Makonde constituiu um elo de ligação entre Moçambique e a Tanzânia durante a Luta de Libertação Nacional, como foi referido anteriormente.

O período escolhido para a pesquisa (1964-1974) é o tempo que durou a luta pela independência em Moçambique. Dum lado, privilegia se este tema tendo em perspectiva a ideia de valorizar a história local e, por outro lado, sendo o autor natural do planalto dos Makonde, tendo familiares e amigos que participaram directamente na luta de libertação

nacional, o estudo desta região constitui um elemento imprescindível na medida em que alguns aspectos culturais desta região marcaram-lhe profundamente. Ainda mais, o estudo do planalto dos Makonde poderá contribuir para a valorização do património histórico local, isto porque, um povo que maltrata a sua memória ficará com futuro comprometido.

O povo Makonde enquanto integrado na sua cultura, tem uma concepção da vida, perfeitamente, comunitária em relação aos membros da sua povoação, aos quais estes ligam-se, por laços de parentescos, vizinhança ou mesmo por etnia. Os deveres de solidariedade foram desenvolvidos desde há muito tempo, a partir de formas de economia mais elementar, quando a sobrevivência do grupo dependia desse mesmo espírito. Este fenómeno é bem visível nos dias que correm, em toda parte onde vivem os Makonde mesmo nos centros urbanos.

O Makonde é visto como violento quando se sente abusado da sua confiança, mas desde que as pessoas se mostrem amigas de boas intenções, ele torna-se muito cordial e hospitaleiro. Em grupo, em família ou mesmo por etnias, cercado de inimigos, sempre prontos a atacá-lo, violento na defesa do seu território, ou do abuso da confiança sofrida. Mas se alguém bem-intencionado aproximar-se é natural ser bem recebido. Este fenómeno acontece em todo canto onde o Makonde vive.

O carácter repressivo do regime português, particularmente brutal e opressivo perante o povo era todo incompatível com o exercício de um regime de liberdade, não somente no planalto quanto a sua presença portuguesa em 1917, mas também a nível de todo canto do país, onde se sentiam as acções do regime.

Considerando os objectivos da pesquisa coloca a seguinte questão: **que factores explicam a unidade dos povos do planalto dos Makonde na luta de libertação nacional contra o regime colonial português?**

Por hipóteses, acredita-se que a integração dos Makonde no processo de Luta Armada de Libertação Nacional explica-se a partir dos seguintes pressupostos: **(i)** ● facto daqueles se sentirem como moçambicanos, deixaram as suas diversidades políticas, étnicas e sociais, aderiram na criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a fim de combater o inimigo comum; **(ii)** ● recurso à luta armada constitui de uma decisão política consciente para acabar com a repressão colonial. Esta decisão foi tomada após a constatação de que o diálogo, para independência estava condenado ao fracasso devido a intransigência do regime colonial; e **(iii)** ● trabalho forçado nas machambas de sisal e o massacre de Mueda em 1960, revelou muito ódio nas massas populares do planalto.

De acordo com as peculiaridades do tema, propôs-se o desenvolvimento de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Esta, permite uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito observador². Esta abordagem facilita também uma interacção entre o mundo natural e o investigador que constitui a fonte directa dos dados.

O estudo apoia-se na obra de Ki-Zerbo, “História de África Negra I” onde afirma-se que a História de África visa a recuperação da identidade africana, onde as fontes orais são de grande importância. Daí, a necessidade de se buscar o método comparativo de fontes (orais e escritas) para a reconstituição dos factos. Para tal, o uso de entrevistas constituiu o elemento chave para a recolha de dados.

O método de abordagem dos factos cingiu-se ao método indutivo, que consiste em partir de premissas particulares para atingir uma conclusão de ordem geral. Para a realização deste trabalho, tomou-se como base de sustentabilidade as concepções que assentam numa visão cultural, política, económica e social sobre a luta de libertação nacional.

O fundamento da luta libertação nacional reside no direito inalienável de qualquer povo, sejam quais forem as fórmulas adoptadas ao nível do direito internacional, de ter a sua própria história, portanto, a reconquista desse direito usurpado pelo domínio imperialista, ou seja: há, assim, libertação nacional quando, as forças produtivas nacionais são totalmente libertadas de qualquer espécie de domínio estrangeiro³.

A caracterização da luta de libertação feita por Cabral, sintetiza a postura e finalidade da luta de libertação levada a cabo pelo povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. Com este pensamento, a luta de libertação nacional pode ser considerada como início do processo de formação da unidade do povo moçambicano como nação. Por outro lado, o processo exigiu a superação dos obstáculos do pensamento, para criação da unidade dos diversos povos africanos habitantes no território moçambicano. Existia na altura um objectivo comum: acabar com a opressão e da dominação colonial portuguesa. Mas a situação objectiva da opressão e dominação não se desencadeou num processo automático de tomada de consciência de identidade nacional. O fraco desenvolvimento económico por um lado, e as limitações políticas impostas pelo colonial fascismo português, por outro, retardaram o surgimento de uma consciência nacional capaz de se opor ao opressor comum.

O regime colonial português em África assumiu um carácter especial em relação as outras potências colonialistas. Portugal tornou-se, efectivamente, um caso especial em

² CHIZZOTTI, António. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1990. p. 79.

³ Cabral, António Carlos Pereira. **Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique: Sua Origem**, Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1975; *apud* BUENDIA, Miguel Gómez. **Educação Moçambicana – História de um Processo** 1962 – 1984. Maputo: Livraria Universitária, 1999. p. 168.

consequência do seu particular atraso político e da sua pobreza econômica, para eles as colônias constituíam a política econômica nacional de sobrevivência e libertá-las seria um mal maior para o país.

Para os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, a opção por uma política de luta armada e a radicalização ideológica e política, com a consequente aproximação ao bloco do Leste e aos regimes radicais africanos e asiáticos, foi o caminho lógico e inevitável face, por um lado, à persistente recusa de Portugal em dialogar e, por outro, o alinhamento internacional do regime português.⁴ Assim, quer na sua origem como no seu desenvolvimento, são inúmeros os factores que motivaram a guerra de independência de Moçambique.

Como afirma Bragança os movimentos da África portuguesa tiveram, desde o início da sua luta, uma análise muito clara da natureza do colonialismo português. Há um tema fundamental na óptica do autor, que se repete constantemente, “o colonialismo português é diferente do das outras potências (Grã-Bretanha, França, Bélgica), porque Portugal era um país atrasado, dependente com uma população maioritariamente agrícola e fraca industrialização”⁵.

O autor reforça a sua análise em relação a situação de Portugal, apoiando-se na declaração da FRELIMO sobre o material histórico oferecido pelo MPLA em 1967, alegando que o papel de Portugal, como país parasita, remonta ao século XV, ou seja, ao período da glória portuguesa, que constituiu a base da pretensão de Portugal querer ser um dos principais baluartes da civilização mundial. Dessa análise do papel de Portugal na economia mundial deixa, claramente, a razão de não permitir o luxo da descolonização. Para os portugueses a França ou a Grã-Bretanha descolonizaram para manter os seus privilégios econômicos. Nesta perspectiva, a opção de manter as colônias pela via armada era uma missão inadiável.

Santos, (1984) citado por Mondlane (1995), afirma: “A missão de hoje camarada é, cavar o solo básico da Revolução e fazer crescer um povo forte com uma P.M., uma bazooka, uma 12.7...”⁶.

O apelo deste autor ao povo moçambicano era para encontrar outra forma de empregar a força contra o regime repressivo português, particularmente brutal e impune perante o povo, que era incompatível com o exercício de um regime de libertação. O apelo

⁴ GUERRA, João Paulo. **Memória das Guerras Coloniais**. Porto: Edições Apontamentos v. 1, 2001, p. 36.

⁵ BRAGANÇA, A & WALLERSTEIN, I. **Quem é o inimigo**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 37.

⁶ SANTOS, Marcelino dos Santos, **O Canto Armado, Antologia Temática de Poesia Africana**, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 98-108, apud MONDLANE, Eduardo Chivambo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, 1995. p. 113.

feito ao povo era o sinal de reconhecimento de que a luta de libertação nacional era um imperativo de todo povo moçambicano, e a participação popular na luta, não só constituía a prática de uma opção de uma política profunda como também se afigurou do ponto de vista estritamente militar afim de derrotar as forças portuguesas.

A luta armada de libertação, desencadeada como resposta à agressão do opressor colonialista, revela-se como um instrumento doloroso, mas eficaz para o desenvolvimento do nível cultural tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação como das diversas categorias sociais que participam na luta⁷.

A reflexão do Davidson clarifica o processo do envolvimento das massas no processo da luta de libertação nacional, isto a partir dos dirigentes dos movimentos de libertação que na sua maioria eram originários de pequena burguesia (intelectuais e empregados) ou dos trabalhadores das cidades, (operários, motoristas, assalariados em geral) e os camponeses no seio das populações rurais⁸.

A pesquisa tem como universo a entrevista de 25 pessoas, distribuídas da seguinte forma; 10- antigos combatentes residentes de Muidumbe, 5 residentes de Mueda, 5 residentes em Nangade e 5 residentes na cidade de Nampula. A fim de atingir o objectivo da pesquisa, foram entrevistados os combatentes que acompanharam e viveram a história da Luta de Libertação Nacional. Com muita simplicidade partilharam as suas ricas memórias, que são dignas de serem conhecidas e publicadas para as gerações vindouras.

O material detalhado das fontes orais recebidas, fez nascer assim a “efeméride” que testemunha o envolvimento da população do planalto dos Makonde na luta. As datas certas dos acontecimentos ao longo do texto não são muitas, porque nas fontes orais as informações, não tinham o calendário, nem agenda e nem relógio. Nas conversas com os combatentes no planalto dos Makonde, compreendeu-se a necessidade de avivar o fogo do fervor e do entusiasmo inicial do processo da Luta armada de Libertação Nacional.

1. Os Antecedentes Sócio-Políticos e o Despertar do Nacionalismo Moçambicano

A Luta de Libertação Nacional marca o início de construção da unidade do povo moçambicano como nação⁹. Esse processo obrigou a criação da unidade dos diversos grupos étnico-linguísticos de Moçambique. Entre eles, existia em comum o sentimento de acabar com a opressão e dominação colonial portuguesa. O fraco desenvolvimento económico e as

⁷ DAVIDSON, Basil. **A descoberta do passado de África**. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 49.

⁸ Idem.

⁹ Etimologicamente nação deriva do latim *natione*, do verbo *nasci*, o que significa **nascer**, pôr ter **origem**, **provir**, **começar**. Originalmente refere – se a um grupo de pessoas nascidas ou provenientes de um mesmo lugar.

limitações políticas impostas pelo colonial – fascismo português, retardaram a formação de uma consciência nacional capaz de se opor ao opressor comum, com objectivo de formar a nação.

Assim, o processo de Luta de Libertação Nacional insere-se num contexto da defesa da nação. Para Gustavo de Freitas, nação é população unida por origem, língua, religião, cultura, interesses, relações e vontade estabelecida num território¹⁰. A visão de nação, na perspectiva eurocêntrica, não tem o mesmo sentido para os africanos. Em África, não se fala do nacionalismo sem ter em conta o aspecto nação. Para os africanos, a nação trata-se de um povo ou conjunto de povos que comungam os mesmos princípios, partilham os momentos de glória e tristeza. Para o africano, nação não pode ter fronteiras tribais, a nação em África nasce da reivindicação contínua contra a invasão dos territórios africanos pelos europeus. É desta reivindicação, que na fase mais avançada, vai emergir o nacionalismo africano em geral e em Moçambique em particular.

Para Mondlane o nacionalismo africano e o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu¹¹. A fonte da unidade nacional foi o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente, com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial.

Portanto, em África o nacionalismo, de uma maneira geral, refere-se aos esforços de obtenção de autonomia política por parte de um grupo, territorialmente, delimitado que sente ser detentor de um alto grau de identidade e interesse comum, esforços estes dirigidos contra o que se considera ser o domínio ilegítimo a que está sujeito por parte de um determinado poder político visto como estrangeiro¹² Este autor considera que, para o caso de Moçambique, o nacionalismo resultou no aparecimento de um conjunto de associações de amigos com designações regionais, que na realidade tais associações foram formadas com base na solidariedade étnica e com o objectivo de actuarem como grupos de pressão. Vários grupos de africanos organizaram-se nas primeiras décadas do século XX para dirigirem combate contra a arbitrariedade colonial.

¹⁰ FREITAS, Gustavo de. **Vocabulário de História: política, social, económica, cultural geral**. Plantanio Editora, 1982. p. 191.

¹¹ MONDLANE, op. cit.

¹² GRAÇAS, Pedro Borges. **A construção da nação em África: (Ambivalência cultural de Moçambique)**. Coimbra: Almedina, 2005. p. 19.

Para Davidson a influência da Segunda Guerra Mundial teve impacto importantíssimo na emergência de ideias e evolução do nacionalismo africano, especialmente a ideia de que os africanos tinham direito à liberdade como qualquer outro povo. O autor dá fé aos milhares de africanos que tinham lutado ao lado dos exércitos aliados contra as ditaduras racistas da Alemanha Nazi e de Itália fascista ou contra os exércitos do Japão imperialista que, a seu modo, era tão militarista como a Alemanha ou a Itália. Estes ex-combatentes regressaram às respectivas colónias e juntaram as suas vozes ao crescente protesto contra o domínio colonial. Assim, o nacionalismo africano tornou-se uma causa popular¹³.

Na óptica de Mondlane, a partir da década de 1930, a administração colonial do jovem Estado fascista estendeu-se por todo Moçambique destruindo, muitas vezes fisicamente, a estrutura do poder tradicional¹⁴. A partir deste momento, tanto a repressão como a resistência acentuaram-se. Mas o centro da resistência passou das hierarquias tradicionais, que se tornaram dependentes dos portugueses, para indivíduos e grupos, que embora estivesse por muito tempo isolados nos seus objectivos e actividades haviam criado núcleos de revoltas.

Afirma Buendia que no fim da II Guerra Mundial e com a derrota do fascismo, na maioria dos países, criou-se uma nova situação¹⁵. Por um lado, modificou-se o equilíbrio de forças no mundo pelo aparecimento do bloco soviético e pelo crescimento do poderio económico norte-americano que exigia uma nova distribuição de mercados entre as potências mundiais e, conseqüentemente, uma redefinição da geopolítica mundial.

Apesar do isolamento político e cultural que Portugal tinha imposto às suas colónias, ele não conseguiu impedir que nos territórios africanos por ele controlados se desenvolvessem mudanças políticas originadas pela II Guerra Mundial. Os acontecimentos mundiais foram acompanhados principalmente por movimentos de grupos sociais que mantinham contacto com o mundo exterior e que possuíam a capacidade de analisar globalmente o fenómeno colonial¹⁶.

Mondlane analisando a sua própria trajetória política, afirma que em Moçambique surgiu uma nova geração de insurrectos, activos e determinados a lutar pelos seus próprios meios e não dentro dos parâmetros impostos pelo governo colonial. Ele examinou os três aspectos essenciais da situação colonial: (i) a discriminação racial e a exploração dentro do sistema colonial, (ii) a fraqueza real do colonizador e (iii) finalmente a evolução do Homem

¹³ DAVIDSON, op. cit.

¹⁴ MONDLANE, op. cit.

¹⁵ BUENDIA, op. cit.

¹⁶ Idem.

em termos gerais com o contraste entre a emergência da luta dos negros na África e na América e a resistência emergente no seu próprio povo¹⁷.

Ainda de acordo com o autor acima a resistência do povo moçambicano inspirou-se no movimento de escrita e de artistas, que começou durante os anos 40 e influenciou poetas, pintores e escritores, como Malangatana, Luís Bernardo Homwana, e os poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa¹⁸.

Para Chilundo¹⁹ a escultura Makonde como elemento da resistência, tem como exemplos as figuras da colecção do Museu de Nampula, que representa o Administrador colonial, o Secretário da Administração e o Makonde assimilado aos costumes Ocidentais. A crítica da escultura Makonde surge em defesa da soberania e do patriotismo cultural tradicional, em oposição ao colonialismo.

É importante notar que, apesar da escultura Makonde ter-se desenvolvido como um elemento isolado e regional fechado no seu meio rural, a sua aceitação no meio intelectual urbano e a nível internacional significou que a obra foi vista, pelo menos, como um elemento da cultura nacional.

Enfatizando o movimento artístico dos Makonde, Mondlane considera que algumas esculturas dos Makonde exprimem uma hostilidade profunda contra a cultura estrangeira²⁰. Nessa área, os missionários católicos foram muito activos, e sob a sua influência muitos escultores esculpiram imagens de Nossa Senhora e crucifixos, imitando modelos europeus. Ao contrário das obras Makonde sobre temas tradicionais, essas imagens cristãs são quase sempre rigidamente estereotipadas e sem vida.

Mas às vezes uma delas afasta-se do modelo original, e quando isso acontece, é quase sempre um elemento de dúvida ou de desafio: a Nossa Senhora segura um demónio em vez do menino Jesus; um Padre é apresentado com patas de animal selvagem, e uma “*pieta*” transforma-se numa imagem não de piedade, mas de vingança, com a mão empunhando uma lança sobre o corpo do seu filho morto. Durante os anos 50 e 60, as diversas expressões dos intelectuais africanos apelavam mundo:

[...] A África Negra teve a sua hora de celebridade na Europa nos anos que medeiam entre 1958 e 1963 [...], anos em que se desmoronou a dominação colonial directa em grande parte do continente; anos, em suma, em que na África se passava qualquer coisa’- entendendo-se por isto acontecimentos espectaculares

¹⁷ MONDLANE, op. cit.

¹⁸ Idem.

¹⁹ HEDGES, David, and CHILUNDO, Arlindo. ***Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961***. Maputo: Editora Universitária (UEM), 1999.

²⁰ Ibidem, p. 89.

que faziam tremer o mundo burguês e forneciam grandes títulos a imprensa sensacionalista.²¹

Como se pode perceber o fim da segunda Guerra Mundial e o regresso dos combatentes e dos intelectuais que tiveram oportunidade estudar em universidades do ocidente, criou espaço fértil para o nascimento do nacionalismo africano, inclusivamente, o moçambicano cujos destaque vão para os artistas Makonde, que servindo-se da madeira representaram figuras coloniais de forma deturpada confundindo-lhes profundamente.

2. As Raízes do Nacionalismo no seio dos Makonde

Em 1945, aponta Mondlane, o extremo descontentamento da força de trabalho em conjunto com a agitação política deu origem a uma série de greves como as de Lourenço Marques, e em plantações junto à cidade, que culminaram num levantamento fracassado em Lourenço Marques em 1948. Mondlane adianta que os participantes foram, ferozmente, reprimidos e várias centenas de africanos foram deportado para São Tomé²².

Para além das manifestações dos trabalhadores de Lourenço Marques, Mondlane considera as greves na Beira e em Nacala. Mas apesar da sua longa extensão estes últimos resultaram na morte e prisão de muitos dos seus participantes. Embora existisse alguma organização política entre os trabalhadores responsáveis pelas greves, a actividade grevista era, em grande medida, espontânea e quase sempre apoiada pelas massas, até deixaram de considerar as greves como armas políticas eficazes no contexto de Moçambique.

Certos focos regionais de agitação política contra o poder colonial nas zonas rurais, particularmente no Norte de Moçambique, também foram esmagados como testemunha Buendia “Em Mueda (Cabo Delgado), em 1960, as forças policiais coloniais massacraram camponeses que se manifestavam em frente da administração colonial, exigindo pacificamente a independência”²³.

Para Buendia, a análise desta situação levou a perspectivar a necessidade de organizar a revolta activa com base social mais ampla, tentando superar o isolamento e o carácter fragmentário da resistência ao poder colonial. O massacre de Mueda foi para estes nacionalistas o indicador de que a obtenção da independência de Moçambique não decorreria nos mesmo moldes que as independências de outras colónias africanas, onde o poder colonial, para salvaguardar os seus interesses estratégicos concedeu a independência às primeiras manifestações nacionalistas²⁴.

²¹ BENOT, Yves. **Ideologia das independências africanas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1981. p. 1.

²² MONDLANE, op. cit., p. 97.

²³ BUENDIA, op. cit., p. 99.

²⁴ Idem.

As manifestações rurais que simbolizavam o repúdio da população contra o regime fascista – português são assim descritas:

Em Mueda os factos precipitaram-se rapidamente, alguns milhares de Maconde, reuniram-se em frente ao edifício da administração para assistir ao encontro do governador provincial, entretanto chegado com os delegados de MANU. Quando a suposta e breve reunião terminou, os delegados da MANU e alguns outros Maconde foram arrastados de mãos atadas por sipaios para os carros da administração. O confronto começou nesse momento. Foram chamados os efectivos militares que a administração tinha previamente colocado nas mediações de Mueda. No final, segundo testemunhas houve vários mortos e feridos.²⁵

Dias, reflectindo sobre a postura do povo Makonde durante os primórdios da luta até à proclamação da independência, conclui que em todos os processos históricos que se desenvolveram, desde as primeiras associações mutualistas, no Tanganhica até a obtenção da independência em 1975, o povo Makonde desempenhou sempre um papel decisivo nas diversas fases de afirmação da resistência anti-colonial, não obstante o proclamado carácter supra-étnico do movimento de libertação nacional²⁶. Perante os movimentos nacionalista, Portugal sempre pautou por ser intransigente e violento:

Portugal teve uma postura bem diferente, intransigente e violento devido, em grande parte, a sua fraqueza económica que inviabilizava uma saída neo-colonial para as suas colónias. A violência armada parecia assim aos olhos de muitos nacionalistas como resposta adequada a postura portuguesa e o principal meio para arrancar a independência do poder colonial fascista que não aceitava sequer discutir acerca do direito à auto-determinação dos povos, sancionados pelo ONU.²⁷

A repressão policial e a perseguição política permanente faziam parte do quotidiano de qualquer africano que tivesse de pensar em direito à independência ou mesmo que tivesse apenas consciência dos seus direitos como trabalhador. Esta política de repressão sistemática e de terror generalizado dificultava qualquer tipo de organização política, sindical e mesmo cooperativista. Muitos moçambicanos devido a este ambiente de repressão emigraram para países vizinhos onde lhes parecia existir, relativamente, melhores condições de vida e de trabalho e a possibilidade de certa liberdade política²⁸.

Descrevendo-se a origem dos movimentos nacionalistas, Guerra (1994) acrescenta:

O carácter repressivo do regime português, particularmente brutal e impune nas colónias, era de todo incompatível com o exercício de um regime de liberdade, nomeadamente a liberdade de Associação. Daí que as principais organizações de inspiração nacionalista, de carácter marcadamente política e inscrevendo nos seus objectivos de luta a auto-determinação, tinha nascido por iniciativa de

²⁵ DIAS, Jorge. *Os Maconde de Moçambique*. v. I: aspectos históricos e económicos: Lisboa, 1998. p. 41.

²⁶ Idem.

²⁷ BUENDIA, op. cit., p. 99.

²⁸ Idem.

moçambicanos emigrados nos países vizinhos de colonização inglesa onde o sistema colonial não incluía a cultura democrática e o exercício de certas liberdades.²⁹

Para este autor, as três organizações tinham como elemento comum serem constituídas por refugiados e emigrantes moçambicanos que viviam há muito no exterior e que tinham um conhecimento pouco aprofundado e pouco actualizado sobre as condições reais de vida no interior do seu país.

A atitude do regime colonial português em Moçambique era incompatível com o exercício da liberdade de um povo, as várias tentativas de diálogo com o regime, seja no campo como nas cidades, sempre caíam num fracasso, isto porque eram acções de grupos pequenos e isolados.

2.1 - A Formação da FRELIMO (1962)

Afirma Mondlane que um movimento nacionalista, sem raízes firmes no campo como na cidade, nunca poderá ter sucesso³⁰. Em resposta às manifestações dos moçambicanos, o colonialismo português apetrechou a sua máquina opressora, tanto o exército, como a marinha também a polícia e a PIDE³¹ (Polícia Secreta Colonial), para oprimir qualquer cidadão que falasse de liberdade. Como consequência disso, muitos moçambicanos fugiram para os países vizinhos onde já se tinham criado partidos políticos para as independências.

Para Newitt (1997), foi no estrangeiro que o nacionalismo moçambicano se desenvolveu efectivamente:

[...] repetidas vezes, a PIDE e as autoridades fizeram desaparecer as organizações africanas independentes, pelo que só os moçambicanos expatriados puderam reagir à primeira onda de descolonização em finais da década de 1950 formando movimentos de independência entre os seus concidadãos nos países vizinhos.³²

Os moçambicanos das zonas sul e centro encontraram como abrigo a Rodésia do Sul onde JOSHUA NKOMO já tinha o partido NDP. Nestes territórios vizinhos, os nacionalistas residentes encontraram um apoio que levou à criação de movimentos ou organizações:

(i) a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), fundada em 1959 no Tanganhica e que agrupava originários das regiões setentrionais de Cabo Delgado que trabalhavam em plantações de sisal de colonos ingleses em Tanganhica e Quênia, liderado por Mateus Mole³³.

²⁹ GUERRA, op. cit. p. 244

³⁰ MONDLANE, op. cit.

³¹ Polícia Internacional de Defesa do Estado.

³² NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997. p. 450.

³³ PACHINUAPA, Raimundo Domingos. *II Congresso da Frente de Libertação de Moçambique*: Memórias: Maputo, 2009. p. 11.

(ii) a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), fundada em Bulawayo em Outubro de 1960, os seus fundadores eram originários da região Centro e Sul, radicado na Rodésia do Sul, actual Zimbabué, liderada por Adelino Chifofo Guambe que vivia em Bulawayo e mais tarde juntou-se Uria Timóteo Simango em Dar-es-Salaam. Este movimento, foi -se juntando a todos os nacionalistas do Sul e Centro do país³⁴.

(iii) União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada na Nyassalândia em 1961 com origem na Associação Nacional Africana de Moatize, fundada em Tete em 1959, liderada por Baltazar da Costa Changonga, enfermeiro da Companhia Carbonífera de Moatize. Este movimento unia os nacionalistas de Niassa e de Tete³⁵.

Em 1961 Eduardo Mondlane visitou Moçambique, vindo dos EUA, onde trabalhava como Subsecretário da ONU nos territórios que se encontravam sob tutela do mandato da ONU. À sua passagem por Moçambique e através de conversas com Mwalimu Nyerere soube da existência de (3) três movimentos nacionalistas em Tanzânia e que se organizaram conforme as zonas sul, centro e norte. Nyerere fez chegar aos líderes dos três movimentos a informação de que havia nas Nações Unidas um amigo vindo de Moçambique e que estaria em condições de resolver a divisão que se notava nos movimentos. Todos concordaram em contactar o Eduardo Mondlane para juntos libertarem a pátria colonizada.

Quando Mondlane chega a Tanganhica (Tanzania) avista-se com os chefes dos três movimentos, um por um, e depois apresenta-se ao Presidente de Tanganhica, que lhe deu liberdade para organizar os moçambicanos para um combate unido³⁶.

Os três movimentos inspirados no modelo de organização política dos países de colonização britânica, em 1962, sob esforço do Eduardo Chivambo Mondlane e com o aval de Nyerere e Kwame Nkrumah uniram-se formando um único movimento: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO):

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi fundada durante um congresso constituinte realizado entre 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-salam. Apadrinhado pelo presidente Nyerere, a FRELIMO resultou no grande esforço de unir as três organizações nacionalistas construídas por moçambicanos emigrantes em países vizinhos de Moçambique.³⁷

A formação da FRELIMO, na versão histórica mais corrente, é apresentada como resultado da fusão da MANU, UDENAMO e UNAMI. A literatura que aborda esta questão é a própria FRELIMO que confunde a criação da Frente de Libertação com a fusão formal das três organizações nacionalistas no congresso de 25 de Junho de 1962, em Dar-es-salaam.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ GUERRA, op. cit., p. 245.

Para Buendia, a fusão verificou-se em 25 de Junho de 1962, dando lugar a FRELIMO³⁸. Mas ela foi mais simbólica do que real. O crescimento e afirmação do movimento anti-colonial moçambicano deve-se ao papel preponderante de uma geração de militantes que não tinha participado em nenhum dos movimentos precedentes, excepto Marcelino dos Santos que tinha sido membro da UDENAMO.

2.1. O Início da Luta Armada de Libertação Nacional

Entre os dias 23 e 25 de Setembro 1962, teve lugar em Dar-Es-Salaam o primeiro congresso da FRELIMO, nele foram definidos os programas de acção da FRELIMO, foram criados órgãos da organização e aprovou-se o uso de todos os meios, incluindo a luta armada, para a conquista de independência nacional. O colonialismo português e o imperialismo foram definidos como inimigos principais³⁹.

Os dirigentes dos três movimentos UDENAMO, MANU e UNAMI, souberam compreender a necessidade de satisfazer a exigência popular, em 25 de Junho de 1962 tomaram a decisão de se unir, fundindo-se numa só FRENTE de luta unida⁴⁰.

Criada a FRELIMO, os militantes deste movimento decidiram organizar um congresso, o órgão máximo do movimento, para definir os objectivos, os programas e as acções concretas para que todos os moçambicanos que aderissem ao movimento libertador, os assumissem com coragem e determinação.

Foi como se referiu nos parágrafos anteriores que nos dias 23 à 28 de Setembro de 1962 que a FRELIMO incorporou a determinação do movimento moçambicano, delineou os meios a usar e os caminhos a trilhar até à independência nacional. Este movimento nacionalista e libertador decidiu realizar o seu I^o Congresso com a finalidade de idealizar os objectivos do Movimento e produzir um Estatuto e um Programa.

Para além destes documentos, o congresso traçou os programas imediatos a serem executados pelos Departamentos. Por exemplo, o Departamento da Organização do Interior (D.O.I) teve de imediato, a missão de organizar o povo para uma insurreição armada, uma vez que já estavam esgotados todos os meios pacíficos, pois resultavam em massacres e prisões perpetrado pelos colonos contra o povo em todo o país. Este I^o Congresso, que teve como fruto a fusão dos três movimentos numa só força, chamou-se “CONGRESSO DE UNIDADE NACIONAL”⁴¹.

³⁸ BUENDIA, op. cit., p. 102.

³⁹ Idem.

⁴⁰ PACHINUAPA, op. cit.

⁴¹ Ibidem, p. 17.

Quando os congressistas estavam reunidos na capital tanzaniana, Eduardo Mondlane, fez o seu primeiro discurso pedindo a todos os moçambicanos presentes e ausentes para que, unidos sob a direcção da FRELIMO, se dedicassem na busca de formas para libertar o povo moçambicano do fascismo português. Mondlane nas suas primeiras palavras pediu também ao povo português que se juntasse à FRELIMO numa luta conjunta para abolir o fascismo em Portugal.

Para além dos delegados moçambicanos no Congresso, registou-se também a presença honrosa de duas figuras de alto nível da TANU e do Governo de Tanganhica que fizeram discursos de encorajamento e de prontidão do povo tanzaniano na procura do caminho para a independência de Moçambique. Tratou-se do então Vice-Presidente Rachidi Mfaume Kawawa e de Oskar Kambona, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional.

O Congresso definiu que, para acabar com dominação portuguesa ou os 500 anos de opressão, era imperioso pegar em armas. Era a única palavra que o colono podia ouvir. Nos princípios de 1963, um grupo de jovens que acabara de entrar na Tanzânia juntou-se a um outro grupo também de jovens moçambicanos que ali viviam e partiram para treinos político militares na Argélia. O primeiro grupo dos jovens que partiram a Argélia era composto por 48 camaradas. Faziam parte do grupo Milagre Mabote⁴² e Filipe Samuel Magaia⁴³.

Mpalume (1990) agrupa da seguinte maneira os primeiros homens idos aos treinos militares na Argélia:

1º Grupo – Em 1961: “Felipe Samuel Magaia, Feliciano Gundana, Valentim Ntumwa, Jorge Adengenae, Cassiano Alatu, Casimiro Nkakatanga, António Ncwalalangashi, Milagre Mabote, João Ncosho, Luís Namajeu, Tadeu Pascoal, Caetano Kalatasi, Oreste Basílio, Rafael Pedro Muakala, Orlando Joaquim, Daniel Albano Amika, Hilário Nekemwene Ibraimo, Albino Estêvão, Duduvico Gaspar, Lucas Elias, Oreste Nandang’a Kaudi, Fernando Nkanela, Jonas Charles e Mário Fernando”.⁴⁴

A 10 de Abril de 1963 parte o segundo grupo sob a chefia do Samora Machel, neste faziam parte alguns nomes como Tobia Simão Lindalandolo, Alberto Chipande, Eduardo da Silva Nihia, conhecido na altura por (Ntoto). Este grupo era composto por 70 (setenta) moçambicanos e mais 6 (seis) do A.N.C. tendo treinado na vila de *Marnia*, onde também

⁴² Falecido em combate no Niassa.

⁴³ Assassinado no dia 10 de 1966 por uma bala disparada por Lourenço Matola, infiltrado, logo na criação da FRELIMO.

⁴⁴ MPALUME, Estêvão Jaime. *Vyaka Vyoe Vya Mauvilo Mu Mosambike*. Myaka- 1498-1975 Mosambike-Kabu Delegadu, 1990. p. 55.

tinha estado o primeiro grupo. Mais tarde o grupo mudou para Tiarete e Ainicefra, sucessivamente.

O 2º Grupo em 1963 era constituído por: “Simão Tiburcio Lindalandolo, Alberto Joaquim Chipande, Raimundo Domingos Pashinuapa, Samora Moisés Machel, Matias Fundi, Elias Elias, Lucas Tome Mania, Ernesto Ndupa, António Shikapa, Marcos Saba, Anastácio Joaquim, Fredon Nyabenga, Melchon Agostinho, Gabriel Maurício Nantimbo, Romão Nyumbele, Barnabé Rachide, Bartolomeu Lauka, Armando Timo, Bonifácio Gruveta, Leonardo André, Joaquim Castigo Songare, José Teodoro, José Shulu, Germano Primo, Jacob G. Nyambine, António Faria, Lucas Miguel Nagogo, Luís Namconda, Brasil Francisco, Mateus Malishosho, Matias Mboa, Eduardo da Silva Nihia, José Miguel Magunga, Hilário Macumbi e Estêvão Shilavi”.⁴⁵

Por último o terceiro grupo chefiado por António Silva, treinou em Ainicefra em Argélia, era composto por 72 guerrilheiros.

3º Grupo – Em 1963: “Daniel Napatina, Salésio Teodoro, Tomé Eduardo, Bento Joaquim, Domingos Estêvão, Osvaldo Tazama, Dinis Moiane, Estêvão Pedro, Valentim Andorinha, Inácio Rufino, Pedro Odolla, António Dalepa, Joni Pedro, Daniel Polella, Cipriano Selegwa, Simão Lyaule, Lucas Mbomela, Ernesto Kuvelu, Geraldo Ntumbati, Maduna Shinama, André Majoro, Severino Pedro, Francisco Luwali, Elias Tuvanjiapano, Vicente Tomé, Ernesto V. Malidali, José Bonga, Lucas Luís Makwati, António Silva, Francisco Matange Kashanjola, Catarino Kulombaine, Vicente Akalenge, Mateus Miguel, Augusto Valério, Tiano Valério, Miguel Ambrósio, Anselmo Gregório, Romão Koy, Cornélio Kumwimidya, Artur Fole e Adão Sousa”.⁴⁶

Para iniciar a luta armada, era necessário conhecer a força inimiga, o alvo a abater, incluindo as vias a seguir. A luta exigia organizar o povo para assumir a penosa missão de reconhecimento⁴⁷.

Assim, os jovens de 25 de Setembro de 1964 avançaram com determinação e prontos a vencer todos os obstáculos que haviam de encontrar em cada momento e etapa.

3. O Início da Luta Armada de Libertação Nacional (1964)

Antes da data do início da luta de libertação nacional, foi realizado um trabalho de reconhecimento na clandestinidade ao nível de todas as regiões de Moçambique. Pachinuapa sublinha que a tarefa no interior do país não foi fácil, muitos militantes foram presos ou mesmo mortos. Ele enumera alguns elementos que trouxeram as informações de Cabo Delgado: José Chaúma, que esteve em Porto Amélia e Montepuez; Matias Fundi e Ernesto Macuku; da Zambézia foi Bonifácio Gruveta Massamba, de Nampula foi Eduardo da Silva Nihia e em Tete Luís Goveia.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ PACHINUAPA, op. cit., p. 30.

Chegada a hora de iniciar a luta armada, o centro de preparação militar de Kongwa em Tanzânia, sob a direcção de Samora Machel, preparou muita gente para as várias zonas do país a fim de iniciar a luta armada. Para ilustrarmos a tarefa das missões de reconhecimento, apresenta-se o exemplo de acção de Chai em Cabo Delgado:

[...] Chai: quando a secção que atacou o posto de Chai avançou no dia 24 de Setembro, foi logo enviado para o reconhecimento o combatente Bento Pachili, treinado em Mtwara- Tanzânia pelo grupo que tinha a missão de iniciar a luta. O Pachili, amarrou uma ligadura como se estivesse ferido numa serração que estava nas arredondezas de Chai. Ele circulou pelo posto e viu a posição do quartel, a administração e a residência do chefe do posto. Visitou algumas lojas e comprou um pouco de pão e sardinha. Depois de cumprida a missão, voltou a sua sessão e deu a informação ao comando do chefe Alberto Chipande e logo preparou a forma como Chai deveria ser atacado. Assim, aconteceu com o soar do primeiro tiro da liberdade. Iniciava deste modo uma grande epopeia libertadora que durou 10 anos, cumprindo uns dos programas do primeiro congresso de que a única via para a libertação do país seria a partir da luta armada.⁴⁸

Para além de Chai em Cabo Delgado, existiram mais frentes, no mesmo dia, como por exemplo:

-Frente para atacar o Posto Administrativo de Muidumbe, comandada por Lourenço Raimundo Domingos Pachinuapa, tendo como elementos os guerrilheiros Gabriel Nantimbu, Bartolomeu Lauka e outros.

-Frente para atacar o Posto Administrativo de Necatar ou Montepuez, comandada por António Saidi, tendo como elementos os guerrilheiros Virgílio Minga, Leonardo André, Fred Nyabanga e outros.

-Frente para atacar Nangade ou Mocímboa da Praia comandado por Ludovico Gaspar, tendo como guerrilheiros Romão Nyumbele, Joaquim Castigo Sangore, Nehia Ripuwa e outros

Foram seleccionados estes locais porque o armamento era pouco. Toda a província tinha 12 armas do tipo Papachá, marca russa, 6 Mauser, 12 MAS/36, marca francesa, 12 MAT, marca francesa, e 2 TOMSON (TH), marca americana, material adquirido na Argélia nos primeiros dois anos (1964 e 1965).

Em 1966, a Frente de Libertação de Moçambique recebeu algumas quantidades, armas do tipo Mauser e Bazoucas vindas da antiga União Soviética. Eram armas velhas capturadas aos franceses⁴⁹.

Depois da preparação dos jovens e o envio dos mesmos para vários pontos do país, o Comité Central da FRELIMO, na pessoa do seu presidente Eduardo Mondlane, proclamou solenemente a insurreição geral armada em todo o território nacional, a 25 de Setembro de

⁴⁸ Ibidem, p. 35-36.

⁴⁹ Idem.

1964. É nesta data que no Posto Administrativo de Chai distrito de Macomia, na província de Cabo Delgado, onde um grupo de 12 guerrilheiros participaram sob comando do Alberto Joaquim Chipande. Houve a mesma acção na província de Niassa.

A acção guerrilheira iniciada em Chai e em outros pontos do país só parou no dia 7 de Setembro de 1974 com os Acordo de Lusaka, quando o Governo português e a FRELIMO assinaram o fim do colonialismo em Moçambique, o dia da vitória. É importante sublinhar o factor determinante de uma missão: o homem engajado e determinado, confiante em si mesmo e na vitória da missão por realizar.

3.1. O Aparecimento das zonas libertadas e semi-libertadas; a nova vida e a nova administração

À medida que a guerra de libertação nacional foi avançando, foram surgindo territórios fora do controlo da administração portuguesa sendo ocupados pela FRELIMO. Esses territórios passaram a ser chamados de “Zonas Libertadas”.

Depois de luta se expandir para muitas zonas das províncias de Cabo Delgado e Niassa, o colonialismo português abandonou a administração e surgiram assim as primeiras Zonas Libertadas onde o povo iniciou a sua própria governação. As escolas foram abertas em muitas zonas até ao nível da 4ª classe. Na educação, era o programa para crianças de ambos os sexos, adultos e soldados. Os soldados tinham três tarefas: combater, produzir e estudar.

A saúde tornou-se popular, havendo postos de saúde e um hospital provincial em todas as províncias em luta. Nas Zonas Libertadas apareceram também actividades relacionadas com a produção agrícola e o comércio. As Zonas Libertadas viriam a ser mais um espaço de mudança de mentalidade pela transformação das relações sociais de trabalho, do que um projecto de transformação material imediata das populações. Importa aqui referir que a distinção entre a dimensão físico-económica do trabalho e a sua dimensão antropológica e pela própria natureza das Zonas Libertadas, era inevitável uma organização da vida das populações que garantisse a satisfação das necessidades básicas e quotidianas. Era na linha das necessidades que se colocavam, entre outra a questão de organização e administração das populações, fazendo face a problemas que apareciam “como imediatos” e requeriam “resoluções concretas e claras”.

Mondlane considera que nas zonas libertadas criava-se, difundia-se uma nova cultura e organizava-se um novo tipo de educação, uma nova cultura, por exemplo de

trabalho de conjunto dos chefes militares, entre as pessoas de várias tribos, novo tipo de relacionamento entre homem e mulher, entre adultos e novos⁵⁰.

3.1.1.O Contributo dos Makonde na Luta de Libertação Nacional

3.1.2. Mueda Antes do Massacre

Mueda, situada no planalto do mesmo nome, depois da invasão e ocupação colonial viveu um clima de instabilidade e contestação dos camponeses, devido a exploração de que eram vítimas, sobretudo na comercialização dos seus produtos agrícolas e dos trabalhos forçados.

Em finais de 1959, veio ao Planalto, um jovem nacionalista de nome Domingos⁵¹, para falar a forma como a União Nacional da Tanzânia (TANU) tinha se organizado para a conquista da independência em Tanzânia. Domingos contribuiu para o fortalecimento do núcleo da Associação Algodoeira Voluntária de Moçambique, cuja existência estava em decadência.

Meses depois, apareceu Ernesto Abdala⁵², que disse ter sido enviado pelo cônsule de Portugal em Dar-es-Salaam, para falar com o governo português, face às anomalias em Moçambique, verificadas nas áreas do comércio, transporte entre outras. (Relatos sobre antecedentes de massacre de Mueda registados pelo autor em 16 Junho de 2010, a partir de um teatro, alusivo ao 40º Aniversario do Massacre de Mueda).

Os acontecimentos narrados, nos parágrafos anteriores constituíram continuação das iniciativas de resistências contra a ocupação e dominação portuguesa em Moçambique, sem o uso de armas, no período anterior. Também foi referido que a intransigência do regime, então em vigor, em Moçambique não permitiu a formação de movimentos nacionalistas no interior desta daí que os primeiros nacionalistas a se confrontarem como o regime, ao nível do Planaltos dos Makonde tenham vindo de Tanzânia e Quênia. Portanto, tratou-se de exilados e que encontraram espaço para o desenvolvimento de actividades anticolonialistas a partir daqueles territórios da África Oriental.

Contudo, como igualmente foi referido anteriormente, em que se citou Dias, actividades no seio da comunidade Makonde do planalto em estudo, como a escultura ocupou um importante lugar na contestação ao colonialismo e o seu catolicismo ao ponto

⁵⁰ MONDLANE, op. cit., p. 140.

⁵¹ Exilado na Tanzânia, mas natural do Planalto dos Makonde.

⁵² Nacionalista, natural de Nangade.

de esculpirem padres de raça branca carregando imagem que simbolizava diabo e não a Jesus Cristo ou virgem Maria sua mãe⁵³.

3.3. Tentativas pacíficas de negociação com a administração colonial

Decorrendo algum tempo, Faustino Vanomba, irmão de um antigo professor, Zacarias Vanomba, visitou Mueda, para contestar junto do administrador local, sobre a situação política em Moçambique. O administrador não gostou das ideias nacionalistas de Vanomba e, em resposta, disse-lhe que o governo português sabia o que era melhor, “o seu povo, o povo português.” Acrescentou que Moçambique não era Tanzânia, um claro distanciamento aos ideais sobre a independência de Moçambique. (Relatos sobre antecedentes de massacre de Mueda registadas pelo autor em 16 Junho de 2010, a partir de um teatro, alusivo ao 40º Aniversário do Massacre de Mueda).

Após Vanomba ter sido devolvido à força para a fronteira com a Tanzânia, apareceu na vila de Mueda, o jovem Simão Paulo Makaba, mais conhecido por SIMON⁵⁴. Tendo-se apercebido das acções levadas a cabo por Makaba, as autoridades coloniais, por ordens do administrador, prenderam-no. Depois, foi enviado à Cadeia Central da Machava, em Maputo (ex-Lourenço Marques)

Depois da prisão de Makaba, Tiago Mula, outro nacionalista, vindo da Tanzânia, visitou Mueda, onde pediu audiência com o administrador colonial, Garcia Soares. No entanto este não teve a conversa longa, pois foi preso e enviado para Pemba (ex- Porto Amélia). Mais tarde, soube-se que Tiago Mula teria sido barbaramente torturado e levado às masmorras da PIDE, na Machava.⁵⁵

Pouco tempo depois, veio a Mueda, um grupo de sete pessoas composto pelos seguintes elementos:

1. Simão Nchusha (chefe)
2. Modesta Neva
3. Basima Daluma
4. Simão Shambumba
5. Mariano Ntumiwenu
6. Cosme Paulo
7. Titiko Pundi

⁵³ DIAS, Jorge. ***Os Maconde de Moçambique***. v. I: aspectos históricos e económicos: Lisboa, 1998.

⁵⁴ Vivia até a data da pesquisa na aldeia Matambalale- Muidumbe.

⁵⁵ NKADIBUALA, Arlindo. Dados da História da Libertação presentes no Museu de Mueda, Mueda, 2010.

A atitude de confrontação directa ao administrador Garcia Soares, exibida pela nacionalista Modesta Neva, deixou-o mais embaraçado. Isto, encorajou as pessoas que estavam à volta, ao notar que afinal era possível contrariar os agentes do regime colonial. O grupo acima indicado, permaneceu poucos dias em Mueda. Todos os seus integrantes foram presos e enviados para Pemba, de onde viriam a ser transferidos para a cadeia da Machava. Simão Nchusha⁵⁶ foi liberto da cadeia da PIDE somente depois de 25 de Abril de 1974, tendo regressado à sua província de origem.⁵⁷

3.4. Heroísmo e prisão de Shibiliti e Vanomba

Na manhã de 16 de Junho, o governador chegou à Administração nas primeiras horas do dia, para receber o relatório do administrador. Minutos depois, o governador mandou chamar para dentro da administração, Matias Shibiliti e Faustino Vanomba, respectivamente, chefe e adjunto da revolta popular contra o regime opressor colonial português. A população do planalto aglomerou-se na vila de Mueda, ansiosa em ouvir novidades sobre o país. “Afinal viemos para ouvir o que Shibiliti veio dizer ao governador, ou para assistir as pessoas a serem algemadas”?

A reacção popular foi espontânea, tendo-se ouvido vozes de populares enfurecidos: - “daqui eles não vão sair ” “daqui eles não vão sair” uma multidão moveu-se em direcção ao carro, para o qual tinham sido atirados os compatriotas algemados⁵⁸.

Em resposta à reacção dos populares, o governador mandou abrir fogo aos soldados portugueses e sipaios contra as populações. O balanço foi a morte de pessoas e muita gente perdeu os seus haveres com maior destaque as bicicletas. Cosme Sambili⁵⁹ relatou que o grupo de nacionalistas chegou a Mueda num domingo, vindo da aldeia Matambalale – Muidumbe onde dias antes tinha-se reunido com os populares daquela aldeia, traçando estratégias de exigir a independência. Na segunda-feira, dia 13 de Junho de 1960, os nacionalistas reuniram-se na Secretaria do administrador. No local, os populares encontraram “língua” (tradutor) que foi avisar ao administrador que fora havia uma visita vinda da Tanzânia.

Quando estes falaram com o administrador sobre a independência, disse que não podia dar independência a eles talvez aos macacos. O administrador disse ainda aos nacionalistas que devia voltar na quinta-feira dia 16 de Junho para falar com o governador

⁵⁶ Simão Nchusha, um dos primeiros nacionalistas a reivindicar contra os portugueses em Mueda. Atualmente vive na sua aldeia em Matambalale em péssimas condições de vida.

⁵⁷ Nkadibuala, op. cit.

⁵⁸ Relatos registados pelo autor em 16 Junho de 2010, a partir de um teatro alusivo ao 40º Aniversário e antecedentes do massacre de Mueda.

⁵⁹ Cosme Sambili, sobrevivente do Massacre de Mueda, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos, , em Junho de 2010 na vila sede de Mueda.

de Porto Amélia, chefe máximo da província. O encontro com o governador, segundo o entrevistado, era para exigir a liberdade. No local havia muita gente vinda de Muidumbe, Nangade, Mueda e algumas aldeias do distrito de Mocímboa da Praia.

Cosme Sambili recordou: “Naquela manhã muita gente estava concentrada na secretaria e os sipaios munidos de arma 7-7 (sete – sete), organizados para receber o governador e também para içar a bandeira”. O governador, chegado ao local, subiu à varanda da Secretaria e disse aos populares: “[...] este ano produziram o suficiente? este ano o preço de milho subiu, uma lata de 20kg será 1 escudo e não os anteriores 50 centavos. [...]” Depois de um breve discurso com os populares de acordo com o entrevistado, o governador entrou dentro da Secretaria e mandou primeiro chamar Shibiliti, conversou com ele e minutos depois mandou entrar Vanomba. A conversa não surtiu os efeitos desejados e estes saíram algemados, prontos para serem movimentos a Porto Amélia⁶⁰.

Os populares não gostaram e furiosos começaram a atirar objectos ao governador. As manifestações de populares eram no sentido de impedir a saída dos dois nacionalistas. Em resposta, vieram disparos. De acordo com o nosso entrevistado, os disparos, inicialmente, eram para cima, e depois para os populares. Os principais promotores de disparos foram os sipaios⁶¹.

[...] “No dia 17 de Junho, o balanço dos mortos foi assustador. [...]”. Questionado se, de facto, o número de 600 pessoas é real? Sambili disse que do número não tem certeza, pode ser inferior ou mesmo superior visto que muita gente que correu para o local no dia 16 eram para receber a independência, e quando começaram os disparos, muitos dos feridos caíam na depressão e provavelmente acabaram morrendo sem saber o número exacto⁶².

O grande apelo aos militantes do Planalto partiu do massacre de Mueda, ocorrido no dia 16 de Junho de 1960, quando houve manifestações da população realizadas, junto da Administração colonial, onde se encontravam reunidos exigindo mais liberdade e melhores salários. As autoridades portuguesas abriram fogo contra a população, tendo sido assassinadas cerca de 600 pessoas⁶³.

V. M. Dabola⁶⁴ afirma ter ingressado nas fileiras da FRELIMO dias depois do massacre de Mueda e conta:

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ JOSÉ, Alexadrino & MENES, Paulo Maria G. *Mozambique – 16 anos de historiografia* focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90. Maputo: CEGRAF, 1991. p. 19-20.

⁶⁴ Nacionalista, natural de Nimo distrito de Mueda, entrevistado por Arlindo Nkadubuala, por autor em 2009 na Base Beira.

[...] No mês de Junho de 1960, fui capturado junto com o meu primo pelas tropas portuguesas e fomos conduzidos à cadeia de Mueda-sede. Três dias depois fomos retirados das celas a fim de libertar um cabrito que se encontrava dentro da cova. No interior da cova havia uma cobra muito grande e o primeiro a entrar foi o meu primo, que logo à sua entrada sofreu mordedura da cobra e morreu. Quando eu entrei consegui tirar o cabrito e as autoridades libertaram-me da cadeia. [...] ⁶⁵

Chegado à aldeia natal, Dabola, considerou imperdoáveis as acções dos portugueses. As lágrimas do massacre de Mueda ainda não tinham desaparecido. Ele ingressou nos pequenos movimentos que estavam virados na emissão dos primeiros cartões dos membros da FRELIMO em 1962. Falando sobre o mesmo assunto, Pachinuapa disse que este acto bárbaro o marcou, profundamente, e também contribuiu para o seu engajamento na nação política mais substantiva ⁶⁶.

Luís Miguel Magunga ⁶⁷ uma das figuras mais destacadas do distrito de Nangade, no contexto da luta de Libertação Nacional, como especialista de minas anti-carros, minas anti-pessoal e explosivos, foi o mais procurado pelas tropas coloniais durante a luta armada, por conexão com às suas acções contra o inimigo. Ingressou na FRELIMO em 1962, motivado pelo sofrimento da população por causa do colonialismo português.

Em 1962, foi responsável pela emissão de cartões (*Dikadi*) dos membros da frente em Chitolo, Distrito de Mocímboa da Praia. No dia 25 de Setembro de 1964, encontrava-se na Missão de Nangalolo em Muidumbe, depois foi escolhido para ir trabalhar em Missão de Imbuvo, juntamente, com os chefes Chipande e Raimundo Pachinuapa. No mês de Dezembro de 1964, foi levado para a Base Beira, onde começou seus treinos militares e os combates contra o colonialismo português.

Os impostos pagos injustamente ao colonialismo, viagens a “*Mpanga*”, ⁶⁸ massacre de Mueda foram elementos principais que levaram Hilário António Nyoka ⁶⁹ a ingressar-se nas fileiras da Frente em 1965.

Para Joaquina Tiago, ⁷⁰ em 1964 ingressou no grupo dos homens e mais outras mulheres nas fileiras da Frente. Transportava material como: armas de fogo, munições, fardamento e mais outro material de Shinimbu- em Tanzânia até à Base Beira.

Fazendo análise dos motivos que levaram as populações entrevistadas a ingressar na FRELIMO, é sem dúvida a defesa da pátria -mãe. A angústia que o povo vivia perante o

⁶⁵ Venâncio Marcelino Dabola, op. cit.

⁶⁶ PACHINUAPA, op. cit.

⁶⁷ Local onde se produzia algodão situada na região de Mocímboa da Praia.

⁶⁸ Natural de Ntoli- Namgade residente na mesma aldeia, entrevistada por Arlindo Nkadubuala, no dia 30 de Setembro de 2008.

⁶⁹ Natural de Ntoli- Namgade, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos, no dia 30 de Setembro de 2008 em Ntoli.

⁷⁰ Natural de Ntoli, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos, em 2009.

regime brutal de Portugal e o facto de se sentirem como moçambicanos aderiram à Frente a fim de combater o inimigo comum.

Segundo Mpalume, depois do massacre de Mueda as acções subsequentes, anos antes de 1964, foram de preparação de pequenos grupos clandestinos que passavam nas noites a emitir cartões. Estas acções estavam expandidas em todas as zonas do Planalto começando por Muidumbe, Mueda, Imbuvo, Nangade e Mocímboa da Praia⁷¹.

Os primeiros cartões da FRELIMO custavam 12\$50. As acções levadas a cabo pelos primeiros homens na emissão de cartões eram bem vigiadas e muitas vezes decorriam nas noites temendo o inimigo. Em Nangade, logo que eclodiu a guerra em 1964, a população não ficou de mãos cruzadas, como sustenta Magunga “o facto de Nangade fazer uma fronteira terrestre com a República Unida da Tanzânia, constitui via importantíssima de ligação entre os dois países”⁷².

Muitos dos moçambicanos que iam fazer treino em Tanzânia e buscar material de guerra usavam a via do Distrito de Nangade. Nos meses de Outubro e Novembro de 1964, a FRELIMO instalou a sua base no distrito (Base Beira) que nos princípios era designada de Base Argélia⁷³. Questionada a sucessiva mudança de nome e por sinal nomes estrangeiros da zona, o entrevistado disse que tratava da estratégia para enganar o inimigo. A Base Beira foi dirigida primeiramente por Casiano Alatu que fez parte dos primeiros homens a deslocar-se para Argélia aos treinos militares.

De acordo com Fernando Chitupa Chileu,⁷⁴ a Base Beira era um local temido pelos portugueses aliados às fortificações militares instaladas no local. Nela havia abrigos de vários tamanhos para os chefes como também para soldados simples. As fortificações eram para opor-se aos ataques do inimigo e também para defender os seus homens e material que saía da Tanzânia para a Base Beira e, mais tarde, distribuído para outras Bases do primeiro e do segundo Sectores.

As movimentações das populações do distrito de Nangade eram notórias nas noites como afirma Lipapa Acatipula Namalungu: “os homens e mulheres que vinham da Tanzânia carregadas de material de guerra andavam sempre nas noites e o seu destino era a Base Beira. Daí distribuía-se o material às pequenas Bases e o resto do material era levado para a Base Moçambique em Muidumbe”⁷⁵.

⁷¹ MPALUME, op. cit.

⁷² Francisco, Fernando. *Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2018. p. 132.

⁷³ Natural de Ntoli - Nangade, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos, na Base Beira. 29 set. 2009.

⁷⁴ Natural de Mueda Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos, na Base Beira. 27 de set. 2009.

⁷⁵ Base é uma unidade militar constituída por várias companhias. José Tadeu Nyoka, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos. Fev. 2011.

Na óptica da FRELIMO, as bases não eram somente locais virados aos treinos militares ou centro de preparação militar, mas desenvolviam acções de mobilização, organização e educação. No planalto dos Makonde havia duas bases⁷⁶ principais subdivididas em pequenos bases e destacamentos integrados em Sectores como classifica⁷⁷.

-Base Central (conhecida por Base Moçambique), localizado no segundo sector, no Distrito de Muidumbe na zona de Nang'unde;

-Base Beira – localizada no primeiro sector, no Distrito de Nangade na zona de Ng'angolo.

3.4. A guerra anti-colonial no planalto dos Makonde

Num contexto histórico, a agressividade dos Makonde deve-se ao seu isolamento desde velhos tempos, mercê da sua enorme capacidade defensiva lhes preservou durante muito tempo de contactos com os estranhos. Segundo Dias, os únicos invasores do planalto a que os Makonde não poderem resistir foram os portugueses. A penetração do planalto pelos portugueses foi consequência da campanha contra os alemães pelo alferes Pires e Nogueira que construíram uma estrada de mais de 300 km ligando Mocímboa do Rovuma a Porto Amélia (Pemba) dividindo a meio toda a região dos Makonde⁷⁸.

Para Dias, os Makonde dizem que as tropas que invadiram o Planalto em 1917 comandados por Neutel de Abreu, vieram pelo lado de Diaka e pelas escarpas de Muidumbe e que depois de lutas isoladas em diferentes pontos acabaram por se considerar vencidos⁷⁹. Pode-se dizer que só ao fim de uns dois anos é legítimo considerar que o Planalto inteiramente submetido e pacificado.

Dias considera que as invasões sucederam-se aos missionários que se implantaram na zona planáltica, construindo as missões como de Nangalolo, situada no bordo sul do planalto, entre Miteda e Muidumbe, foi fundada em Novembro de 1924, em seguida a Missão de Imbuhu em Novembro de 1939, depois a Missão de Nambudi em Agosto de 1946, a Missão de Bomela, fundada em Junho de 1950, no bordo ocidental do planalto e finalmente, a de Chitolo, em Dezembro de 1960. De acordo com Hilário José Nyoka, a partir de 1964, ano de início da Luta Armada de Libertação Nacional de Moçambique as acções de barbaridade dos portugueses eram cada vez mais intensas:

⁷⁶ Alguns nomes das bases, departamentos e patrulhas deram nomes geográficos das regiões (cidades, vilas e rios) com objectivo de ensinar a geografia à população e também com o objectivo de desorientar a máquina combativa do exército colonial (ibidem). Para Pedro Justino Seguro, os nomes serviam também para fortificar a unidade nacional.

⁷⁷ MPALUME, op. cit.

⁷⁸ DIAS, op. cit.

⁷⁹ Ibidem, p. 92.

[...]A sua Base militar fortificada estava centralizada em Mueda e em Nangade sede e havia uma base que foi instalada em 1963, com objectivo de impedir a movimentação dos elementos da FRELIMO para Tanzânia. Os portugueses instalaram também uma base provisória na zona Arriaga (Nangade) em 1971, que tinha como o objectivo impedir as incursões dos militantes da FRELIMO que viriam à Base Beira. [...] (Hilário José Nyoka).⁸⁰

Para o entrevistado os momentos marcantes da luta são os anos de 1970/71, com muito sofrimento após a campanha do General Kaúlza de Arriaga no distrito. O projecto da construção de estradas que ligam Mueda- Nangade estava acompanhado de ataques aéreos frequentes. Nyoka não esquece o grande trabalho feito pelos militantes residentes na Base Beira, principalmente o grupo de Magunga, especialista de minas anti-carros, minas anti-pessoais e explosivos que de forma gloriosa inviabilizavam os planos do General Arriaga.

Magunga, depois de realizar os treinos sobre as minas em Nacalenga, na fronteira com a Tanzânia, regressou à Base Beira onde, mais tarde, foi escalado para Litingina com o seu grupo de 30 homens, isto em 1967. Na altura, os portugueses usaram a via terrestre com muita frequência “quando começamos os trabalhos de minas houve muitas baixas por parte dos portugueses, chegando a usar a via aérea e não terrestre, para chegar a Nangade”.⁸¹

O General Kaúlza de Arriaga tinha planos psicológicos muito avançados para vencer a população de Nangade junto ao Rovuma; queria transformar Nangade em Nova Nangade, Vila com todos requisitos modernos. Os sonhos de Arriaga não sortiram efeito dada a falta do efectivo suficiente como testemunha⁸².

Kaúlza lança a Operação Fronteira, a construção em Nangade, junto ao Rovuma, na fronteira com a Tanzânia, de uma vila com todos os requisitos da vida moderna (incluindo circuito interno de TV), a ligar ao Índico por estrada asfaltada. Nangade fica no meio de coisa nenhuma num sítio de exílio interior a que os soldados portugueses chamavam de ‘Cu de Judas’. O megalómano projecto de Kaúlza consistia em criar uma obra modelo que serviria de padrão a outros aldeamentos moçambicanos e atraía a população conquistada pela FRELIMO.

Ao mesmo tempo, fazia parte do seu plano de reforço da faixa fronteiriça, de modo a criar uma zona tampão que impedisse a infiltração dos rebeldes. A execução do projecto foi concebida pelo Ministério das Finanças numa verba extraordinária. Os materiais foram desembolsados em Palma, no litoral e transportados em coluna militar por mais de 100 km de picada recheada de minas e emboscadas. Os desgastes da guarnição e as perdas materiais

⁸⁰ NKADIBUALA, Entrevista aos Veteranos de Mueda, 2010.

⁸¹ LITINGINA (Veterana) Por Arlindo Nkadibuuala, 2010.

⁸² MELO, João de. **Os anos da Guerra; 1961-1975: os Portugueses em África, Crónicas, Ficção e História.** Lisboa: Publicações Dom Quixot, 1988. p. 18.

foram pesados. A nova Nangade nunca foi construída, ficando entregue à voracidade da selva como um insólito monumento aos improváveis sonhos do comandante-chefe de Moçambique⁸³.

Melo afirma que Kaúlza não desistiu e proclamou que a guerrilha estava à beira do aniquilamento, para tanto lhe bastando mais algumas tropas. Alegando a grande imobilização de peças na defesa do perímetro de Cahora Bassa, pede a Lisboa o reforço de um corpo expedicionário de Moçambique em mais de dez mil homens, assim como novos meios materiais e a aquisição de aviões Mirage⁸⁴.

Propôs ainda a criação de um comando único de Angola e Moçambique, a frente do qual se propôs ficar. O que lhe permitiria captar meios de outras províncias onde a guerra possuía outra intensidade incomparavelmente menor. Tudo lhe será negado: a reserva de mancebos e o orçamento de defesa estão à beira da exaustão e, na altura, o governo e os altos responsáveis militares duvidam já da eficácia da luxuosa guerra que quer promover o comandante-chefe de Moçambique⁸⁵.

Os enfraquecidos sonhos de Arriaga não eram somente de transformar o distrito em nova Nangade, existia também “*Operação Nó Gordio*” que fazia parte da sua estratégia militar usar todos os meios possíveis para a eliminação do principal foco do inimigo no Norte de Cabo Delgado, e descobrir as grandes bases no planalto dos Makonde como resume Melo (1998) vamos dar início ao planeamento final da operação que desequilibrará decisivamente a situação sócio- militar em Cabo Delgado a nosso favor. Vamos dar a estucada de morte no coração do inimigo no planalto dos Makonde. [...] Com esta operação inauguraremos a época da guerra de grandes meios em ordem ao aniquilamento total do IN [...].

Graças aos esforços conjugados das repartições de informações militares e da DGS é agora possível saber a localização exacta das três grandes bases IN. No Planalto dos Makonde: a Gungunhana, a Moçambique e a Nampula. (...) – Dentro deste quadrado tudo o que mexer é inimigo, será a guerra total! Nesta guerra, meus senhores, não existe a classe da divisão estabelecida entre povos civilizados de cultura cristã ocidental, que distingue combatentes e civis não beligerantes, nesta guerra as próprias populações de acordo com a estratégia marxista são o sustentáculo da subversão. Assim, todo o ser vivo encontrado é o inimigo a abater. Esta é uma luta de vida ou morte.⁸⁶

Analisando a descrição do enfraquecido projecto do Comandante-Chefe de Moçambique feita por Melo, é inegável acreditar a superioridade da FRELIMO na região, pese a falta de material bélico sofisticado⁸⁷. Como é natural, a superioridade da FRELIMO,

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Ibidem, p. 33.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

no planalto dos Makonde não seria possível se não contasse a forte participação do povo maconde.

Casimiro Vintani Makanga conta um dos episódios da guerrilha em que ele participou em 1968, ano em que a FRELIMO tinha planejado um ataque à Base Nangade e reuniu os seus militantes vindos da Base Beira, Inhambane, Namoto e Nacala. [...] Da Base Beira, onde estivemos concentrados, caminhamos durante toda a noite até ao monte Lichongwe, ao lado da lagoa de Nangade que era o ponto estratégico para o nosso ataque; as quatro horas de madrugada começámos a descer a montanha para atingir o alvo. Tudo crê que houve fuga de informação visto que todo o nosso movimento na montanha foi acompanhado passo a passo pelo inimigo. Foram os primeiros a disparar contra nós; foi um dia para não esquecer, mais de quinze homens foram mortos e um número muito elevado de feridos (Makanga). Este foi um dos acontecimentos mais marcantes da história da luta para o povo do distrito segundo o entrevistado.

Celestino Salassine afirma que depois da independência o governo de transição foi no monte Lichongwe recolher os restos mortais dos combatentes e fizeram uma campa comum na aldeia Ngangolo. Em reconhecimento dos heróis, em todas as datas comemorativas nacionais há deposição de coroa de flores neste local. Salassine considera os habitantes do distrito em estimar e valorizar o seu património histórico, a óptica dele, um povo que maltrata a sua memória fica com o futuro comprometido.

4. Tomás Nduda, herói nacional

O processo revolucionário que culminou com a conquista da independência nacional em Moçambique é um acto histórico que arrastou consigo uma série de acontecimentos que ainda permanecem na memória dos próprios intervenientes os moçambicanos.

Alguns desses acontecimentos estão documentados, mas muitos deles continuam ainda guardados em memórias humanas, incorrendo um forte risco do seu desaparecimento. Um exemplo evidente desses riscos se circunscreve com a história do militante Tomas Nduda, um dos proeminentes heróis e personagem de referência obrigatória da Luta Armada de Libertação Nacional. Aliás, exemplo como este é também evidente em muitos outros moçambicanos cujas vidas estão, estritamente, ligadas com o processo nacionalista de Moçambique.

Volvidos 42 anos após a sua morte, não é com facilidade que um projecto de reconstituição histórica de Tomás Nduda seja frutuoso, porque a literatura oral tem os seus contornos negativos. A morte (por velhice e doenças), as mudanças constantes de lugar e de *modus vivendi* bem como outras imposições de tempo e circunstância, são os que eliminam

e reduzem a capacidade de perpetuar as nossas tradições orais tão genuínas como elas se deviam apresentar.

4.1 Incorporação de Tomás Nduda no Exército

Em 1961, Tomas Nduda, incorporou-se voluntariamente no exército colonial com outros jovens da zona. Segundo Labussa Lino,⁸⁸ Nduda fez os treinos militares em Porto Amélia e Lourenço Marques (actuais cidades de Pemba e Maputo respectivamente), tendo seguido mais tarde em Macau.

Não se sabe quanto tempo permaneceu no exército colonial, contudo, no seu regresso foi acompanhado por um branco e trazia consigo alguns bens materiais de prestígio, como duas malas de roupa, uma máquina de costura e uma bicicleta⁸⁹. Na comunidade juntou-se as suas esposas, continuando com as actividades normais baseadas essencialmente na agricultura.

Nos finais de 1962, Tomás Nduda, mobilizado pelo *chairmen* Isaiás Simão Shungula, integra-se na venda de cartões (Dikadi) da FRELIMO, actividade que, mais tarde, abandona e se incorpora nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Em Outubro de 1966, na companhia de Raimundo Pachinuapa e Samuel Kankomba, chegaram a Diaca, a fim de criar condições para a abertura do Destacamento Inhambane⁹⁰. Na altura, Tomás Nduda era comandante da 1ª Companhia, enquanto que Jorge Mponda e John Pedro eram Comandantes-adjuntos de Destacamento⁹¹. No Destacamento Inhambane, Tomás Nduda como Comandante, dirigiu combates em Mpaga, Chitolo, Marere, Naquitengue. Participou no combate de Anga, onde capturaram um soldado do exército colonial português de nome António Andrade.

Em Naquitengue, ainda sob o comando, foram capturados dois soldados inimigos, sendo um português de nome Gomes, este expatriado à Portugal e teria sido reconduzido novamente a Moçambique, posteriormente recapturado pelos guerrilheiros da FRELIMO no quartel de Nambiliau (quartel Omar), em 1974 e um negro de nome Salvador, para além do material bélico e fardamento militar.

⁸⁸ Entrevistado em 2008 pela equipa do senhor Marcelino Dingano da DPEE de Cabo Delgado.

⁸⁹ Terezinha Napwiya, Entrevista aos Veteranos de Mueda, 2010.

⁹⁰ O Destacamento Inhambane, situava-se na região de Namwikumba, a Este do distrito de Mocímboa da Praia.

⁹¹ José Nuro Assumane, seu guarda, entrevistado em 2008 pela equipa do senhor Marcelino Dingano da DPEE de Cabo Delgado.

4.2 A morte de Tomás Nduda

A morte de Tomás Nduda é um assunto controverso em termos de datas. A verdade, porém, ele morre em pleno combate no quartel inimigo de Nambude, em Mocímboa da Praia. Algumas fontes orais sustentam que ele morreu no dia 28 de Março de 1968⁹².

Seguro não concorda com a data 24⁹³ de Abril que foi gravada no monumento edificado no local onde foi sepultado visto que ele no dia em que Nduda morre estava a cumprir outra missão combativa e foi dia 28. Outros referem que Tomás Nduda morreu no dia 23 de Março de 1968. Ora, há uma convergência de informações em relação ao mês e ano da morte deste herói, havendo divergência apenas do dia.

Para Daniel Polela, a data verdadeira da morte de Tomás Nduda é 23 de Março de 1968. Polela é a pessoa que organizou o plano de ataque ao quartel de Nambude. Aliás, importa sublinhar que nesse combate, também foi capturado um capitão português de nome Fernando dos Santos Rosa e uma metralhadora.

Na batalha de Nambude, perderam a vida, para além de Tomás Nduda, outros combatentes como Crisanto Cristiano Mitema e Matias Chata, este último seu secretário. Ainda não foram identificados os nomes de cinco dos oito guerrilheiros mortos, segundo a informação gravada no monumento erguido no local. Sabe-se também que da parte inimiga, foi reportada a ocorrência de baixas (mortes e feridos), infringidas pelos guerrilheiros da FRELIMO, em número até ao momento desconhecido. Segundo as fontes locais, os restos mortais de Tomás Nduda foram sepultados no local de combate (Nambude) pela tropa portuguesa aí acampada, visto que o fogo intenso e a espontaneidade da sua morte não permitiram que os seus colegas recuperassem o corpo.

A localização da sepultura após a independência nacional foi possível graças a uma senhora cujo nome não nos foi revelado, mas a mesma esteve presente no funeral. A senhora em causa fazia parte da população raptada pelo inimigo e na altura vivia no quartel, um cativo. As fontes adiantam que, após o funeral, esta senhora, teria sinalizado o local através de colocação de uma pedra. A testemunha morreu em 2006, residia no Posto Administrativo de Mbau. Em 1984, os restos mortais de Tomás Nduda foram trasladados para a Cripta dos Heróis Moçambicanos no Maputo.

4.3. O Significado do ataque a Nambude.

⁹² Pedro Justino Seguro, Por Arlindo Nkadubuala, Entrevistas aos Veteranos. Muiduimbe: 08 jul. 2009. Pedro Justino Seguro foi o primeiro Administrador do distrito de Murrupula, antigo combate e membro de ACLIN.

⁹³ A data de 24 gravada no monumento foi facultada por testemunhos que sobreviveram no combate.

Segundo as fontes orais locais, em 1965 os missionários católicos a norte de Cabo Delgado abandonaram as missões católicas devido a intensidade das acções de guerrilha desencadeadas pelas tropas da FRELIMO. Deste modo, já tinham deixado de funcionar as missões de Imbuo, Lipelua, Chitolo, Ntamba e outros, incluindo a Missão de S. João de Brito de Nambude. As suas infra-estruturas foram aproveitadas pelo exército colonial português que se fixou nelas transformando-as em quartéis ou postos avançados. Para o caso específico da Missão de S. João de Brito de Nambude, a sua transformação em quartel militar colonial era importante sobretudo pelas seguintes razões:

- Impedir o avanço progressivo das acções armadas dos guerrilheiros da FRELIMO rumo a Circunscrição de Mocímboa da Praia;

- Desencorajar o apoio da FRELIMO pela população que produzia comida;

Para a FRELIMO, o ataque a Nambude foi de extrema importância, visto que:

- Era necessário destruir o quartel que se encarregava pelo patrulhamento português da região, incluindo o seu avanço;

- Era necessário restabelecer a tranquilidade de população a zona, de modo a produzir mais comida;

- Capturar o material bélico.

De acordo com as informações dos nossos entrevistados em Muidumbe, consideram que missão de ataque a Nambude foi cumprida com sucesso. Após o combate que vitimou Tomás Nduda e outros combatentes, a tropa inimiga retirou-se da região e a população retornou a desenvolver as suas actividades sem grandes riscos. De igual modo, os guerrilheiros alcançaram os seus objectivos por terem capturado o fardamento militar, material bélico, incluindo um capitão português.

Tomás Nduda foi um individuo que, desde cedo, mereceu admiração no seio da sua comunidade familiar, pelas suas virtudes de homem bem-educado, trabalhador e dotado de muito respeito e obediência. Foram com essas virtudes que ele se cultivou a sua permanência durante a Luta Armada de Libertação Nacional nos locais onde ele viveu e operou.

De acordo com José Nuro Assumane, Guarda-Costas de Tomas Nduda no Departamento de Inhambane, local onde passou a maior parte da sua vida, afirmou que o seu comandante teve um comportamento exemplar como líder e como um ser social. Como um líder, ele dirigiu e mobilizou os seus camaradas, qualidades próprias de um Comissário Político. Nduda dirigia pessoalmente os combates ocupando a linha da frente.

5. Pedro Justino Seguro

Pedro Justino Seguro, ex-capitão das FAM (FPLM), nasceu no dia 25 de Março de 1950 em Nangalolo, no distrito de Mueda, Cabo Delgado. No ano de 1958 iniciou os seus estudos primários na Missão de Nangalolo tendo concluído a 4ª classe em 1962. Foi professor e catequista em Namuliba, de 1963 a 1964.

No dia 10 de Julho de 1963 juntou-se à FRELIMO como alfabetizador e miliciano no “branche” Nchingama, em Nangalolo e fez os primeiros treinos militares branche” Nchingama em Chilivaula/ Nangalolo. Pedro Justino Seguro aponta como motivo que levaram ao seu ingresso na FRELIMO, primeiro a prisão do seu pai, sete dias antes do seu ingresso. O pai, Dikadi, fazia parte dos primeiros homens que vendiam cartões da FRELIMO. Este motivo associa-o ao massacre de Mueda, ocorrido em 16 de Junho 1960.

Em 1966 foi à Tanzânia para um curso de enfermagem, não o tendo frequentado por motivos de idade. De 1960 a 1967, frequentou a Escola Secundaria da FRELIMO em Dar-es-Salaam onde conclui a 5ª e 6ª classes.

Em 1967 fez treinos militares no Centro de Preparação político de Nachingwea como atirador de morteiros.

No dia 4 de Setembro de 1967, foi colocado na Província de Cabo Delgado como chefe- adjunto da Secção dos morteiros, na 1ª Companhia de artilharia. De 1967 a 1974, ocupou vários cargos militares e o último foi o de Comandante da Companhia de GRAD-P.⁹⁴ Nos anos de 1972 a 1973 fez treinos militares da artilharia em SINFEROPOL/ CREMEIA, na ex-República Socialista Soviética da Ucrânia.

Pedro Justino Seguro casou-se em Dezembro de 1973 com a senhora Josina António e é pai de seis filhos. Foi ferido em combate, no ataque ao quartel de Miteda em 1968 (no braço direito). Em Abril de 1974, novamente, ferido em combate (coxa esquerda) contra o quartel de Nangade pela aviação portuguesa (FIAT G- 91) e hospitalizado no posto médico de Nangade.

Depois dos Acordos de Lusaka, foi colocado na Província de Nampula. Com a formação do Governo de Transição, colocado na extinta Província de Moçambique com sede na Ilha de Moçambique. De 1974 a 1976 exerceu cargos de Comandante militar e de Comissário Político do 1º Batalhão de Nampula.

Em 19 de Agosto foi nomeado Administrador Distrital de Murrupula (BR nº 77 de 13 de Janeiro de 1977, II Serie) até 22 de Março de 1981. De 1981 a 2007 foi administrador dos

⁹⁴ Uma rampa de lançamento de obuses cujo calibre é de 122 mm. Trata-se de uma arma reactiva e, vulgarmente, designado de B-11. É de fabrico russo.

Distritos de Zavala em Inhambane, Montepuez e Muidumbe, em Cabo Delgado, sucessivamente.

Considerações finais

Em conformidade com os objectivos definidos para o presente trabalho, segue-se as conclusões quanto: **“A Participação do Povo do Planalto dos Makonde na Luta de Libertação Nacional: subsídios para a história política, 1964-1974”** que constitui o objectivo geral desta pesquisa. O local pesquisado pertence a uma região conhecida por Planalto dos Makonde, habitada na sua maioria pela população da etnia Makonde com uma enorme capacidade defensiva que os preservou durante muito tempo de contactos com os estranhos.

O carácter repressivo do regime português que o povo vinha sofrendo desde o ano 1917, ano em que os portugueses penetraram no Planalto dos Makonde na campanha contra os alemães e em 1960, com o massacre de Mueda onde morreram mais de 600 civis, já estava na eminência uma vaga de revolta que veio a eclodir em 1964.

É inegável afirmar que o povo Makonde, desde as primeiras manifestações rurais até à obtenção da independência em 1975, sempre desempenhou um papel decisivo nas diversas fases de afirmação da resistência anti-colonial, não obstante o carácter supra-étnico do movimento de libertação nacional.

A consciência da repressão do sistema colonial que os habitantes do Planalto tiveram, levou a fundação da Base Beira e Base Moçambique, meses depois do início da Luta libertação em 1964. As bases para além de servir toda a população do Planalto sobre acções do inimigo, eram também locais que recebiam o material bélico vindo do exterior, partiam contingentes militares para treino em Tanzânia e o seu regresso eram distribuídos para outros locais de importância estratégico militar.

Na zona era notório as manifestações da população que simbolizavam o repúdio contra o regime fascista-português através de canções, escultura, sabotagem de estradas colocando barreiras de tronco de árvores.

Actualmente evidências materiais e humanas sobre a guerra são também visíveis, a título de exemplo existem mais de 40 pessoas mutiladas de guerras que vivem no Centro Social de Nangade e mais de uma centena dos antigos combatentes que vivem e controlam a Base Beira e Base Central. Para além, destes lugares onde vivem os antigos combatentes, existem outros locais históricos que a própria população valoriza e estima na perspectiva de preservar para as futuras gerações.

A educação nas zonas libertadas permitiu, por um lado, levar os alunos e professores assim como a população em geral a experimentarem o valor da unidade do povo moçambicano assente num passado comum de opressão e dominação. É essa unidade, construída por diversidades culturais, que os alunos e professores deviam conhecer para poderem valorizar e respeitar as particularidades e especificidades de cada um, separando-se atitudes e comportamentos nefastos em relação a colegas de origens cultural diferente.

Essa unidade também foi construída no trabalho colectivo entre homens e mulheres, alunos e professores que trabalhavam juntos, de arma em punho, com a enxada na mão, o livro, os lápis juntos para construção do futuro Moçambique, construindo e desenvolvendo a compreensão e o conhecimento mútuos e consolidando a unidade nacional.